



TERRITÓRIOS VIVOS

O Projeto Territórios Vivos tem como objetivo consolidar a Plataforma de Territórios Tradicionais desenvolvida pelo Ministério Público Federal, fortalecendo e engajando os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) no posicionamento para a realização dos seus direitos humanos.

A base de sua concepção e implementação é o princípio **“Não deixar ninguém para trás” da Agenda 2030** e aplica uma abordagem sensível para a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Nome oficial do projeto (PT): Agenda 2030 - contribuindo para a implementação do princípio ‘leave no one behind’.

Nome de implementação: Territórios vivos.

Vigência: 02/2021 – 01/2024.

Locais de implementação: território nacional e regiões-piloto Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Comitente: BMZ - Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento.

Entidades Nacionais Executoras: MPF e GIZ.

Estrutura de governança tripartite composta por: MPF, Rede PCTs no Brasil e GIZ.

Objetivo Geral

Os povos e comunidades tradicionais se posicionam para a efetivação de seus direitos humanos e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 frente às estruturas nacionais com responsabilidades em matéria de direitos humanos.

Componentes

- 1 Desenvolvimento da plataforma georreferenciada;**
Os povos e comunidades tradicionais dispõem de uma plataforma georreferenciada segura e acessível.
- 2 Promoção do uso qualificado da plataforma;**
Atores elo da sociedade civil, academia e instituições públicas são treinados/as para o uso da plataforma.
- 3 Desenvolvimento organizacional de PCTs;**
A capacidade das organizações de Povos e Comunidades Tradicionais é fortalecida para melhor representar seus interesses.
- 4 Governanças sustentável da Plataforma de Territórios Vivos;**
O CNPCT e o MPF dispõem de conhecimentos técnicos e metodológicos para o uso sustentável da plataforma.



Por meio da:





Plataforma de Territórios Tradicionais

Criada em 2019, a Plataforma de Territórios Tradicionais é um ambiente online que busca reunir e sistematizar informações georreferenciadas sobre Territórios Tradicionais de todo o Brasil, reconhecidos oficialmente ou não.

Territórios Tradicionais são aqueles culturalmente diferenciados, ocupados por grupos tradicionais que usam os recursos naturais como condição para sua reprodução étnica, ancestral, cultural, social, religiosa, antepassada e econômica.

Objetivos

A plataforma objetiva assegurar o protagonismo das comunidades em seus territórios, integrar e centralizar informações de Territórios Tradicionais, disponibilizando uma fonte de dados confiáveis para a sociedade. Além do mais, objetiva:

- Dar visibilidade aos PCTs. Subsidiar a identificação de ameaças, conflitos, disputas e oportunidades que envolvam os territórios e entorno;
- Orientar a ação do MPU e demais instituições na proteção dos direitos dos PCTs;
- Criar uma base cartográfica que permita identificar os diferentes estágios de reconhecimento dos territórios tradicionais.

Governança da Plataforma

Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

representantes de entidades de PCT's até 2023

Conselho Gestor da Plataforma

Conselho Gestor: 7 votos
6 (CNPCT) + 1 (MPF); 19 voz

Comitê Técnico da Plataforma

Membros do Comitê Técnico:
16 instituições

Normativa: Portaria PGR/MPF nº 167/2019

Cadastros

Para poder cadastrar um ou mais territórios na plataforma, é necessário solicitar a liberação do usuário “cadastrante” pelo e-mail 6ccr-plataformaterritorios@mpf.mp.br.



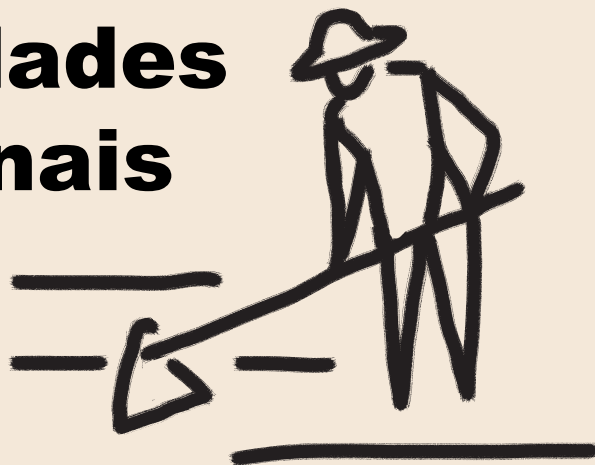
Povos e Comunidades Tradicionais

Segundo o Decreto 6.040/2007, art. 3º, § 1º, os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) podem ser definidos como:

“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”

Sendo assim, a preservação dos direitos desses povos é fundamental para a conservação da sociobiodiversidade brasileira e dos mais diversos aspectos sociais, culturais e ecológicos que compõem esta nação.

No Brasil, existem 28 segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) reconhecidos pela legislação (Decreto 8.750/2016).



Andirobeiras

Apanhadoras de Flores
Sempre-Vivas

Caatingueiros

Caiçaras

Castanheiras

Catadores de Mangaba

Cipozeiros

Extrativistas

Faxinalenses

Fundo e Fecho de
Pasto

Geraizeiros

Ilhéus

Isqueiros

Morroquianos

Pantaneiros

Pescadores Artesanais

Piaçaveiros

Pomeranos

Povos Ciganos

Povos de Terreiro

Povos Indígenas

Quebradeiras de
Coco Babaçu

Quilombolas

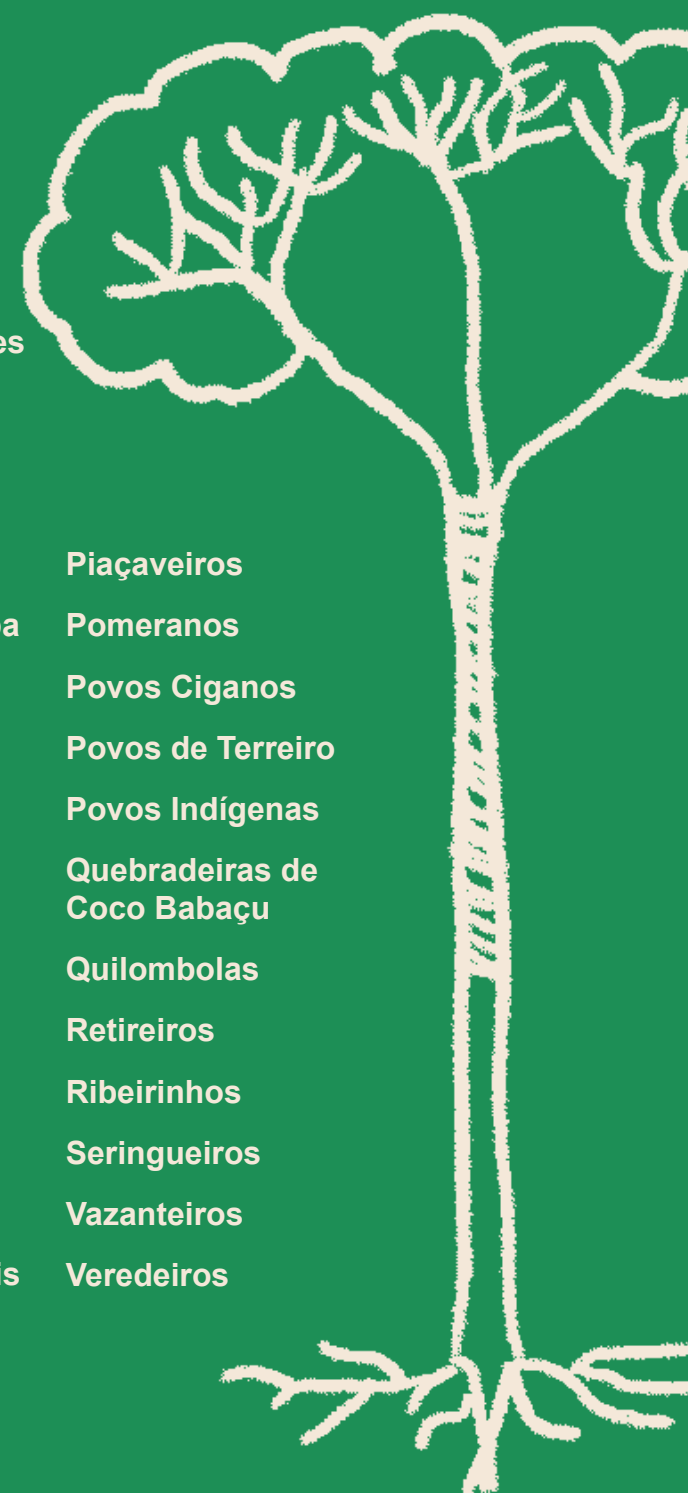
Retireiros

Ribeirinhos

Seringueiros

Vazanteiros

Veredeiros





Agenda 2030 da ONU

O conceito de “desenvolvimento sustentável” foi usado pela primeira vez em 1987, em um relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, intitulado “Nosso Futuro Comum”.

Em 2012, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), os países presentes concordaram em estabelecer um grupo aberto de trabalho para desenvolver uma agenda para o desenvolvimento sustentável, unificando as pautas sociais e ambientais, assim, o conceito de “socioambiental” começou a ganhar força.

A Agenda 2030 está ancorada na priorização da proteção dos direitos humanos, sendo eles econômicos, sociais, culturais, direitos civis ou direitos políticos, resumidos no princípio-chave “**Não Deixar Ninguém Para Trás**”.

Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, se comprometeram a implementar a Agenda 2030, pactuada pelo Brasil e outros 192 países que integram a **Organização das Nações Unidas (ONU)**. Todas essas nações se comprometeram a “um plano de ação com vigência de 15 anos para erradicação da pobreza e promoção de uma vida digna para todos, dentro dos limites do planeta”.

17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A ONU e seus parceiros no Brasil estão trabalhando para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. Veja abaixo cada um deles:

- 1 Erradicação da pobreza:** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- 3 Saúde e Bem-Estar:** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
- 4 Educação de Qualidade:** Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
- 5 Igualdade de Gênero:** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- 6 Água Potável e Saneamento:** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.
- 7 Energia Limpa e Acessível:** Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.

8

Trabalho Decente e Crescimento Econômico:

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.

9

Indústria, Inovação e Infraestrutura:

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

10

Redução das Desigualdades: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

11

Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

12

Consumo e Produção Responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

13

Ação Contra a Mudança Global do Clima: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

14

Vida na Água: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

15

Vida Terrestre: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade.

16

Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

17

Parcerias e Meios de Implementação: Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



OBRIGADA!

Mônica Dorotéa Bora

Procuradora da República no Estado do Paraná

Atribuição em matéria ambiental, população indígena, povos e
comunidades tradicionais

Representante da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão no Estado
do Paraná

contato: prpr-gab5@mpf.mp.br; (41) 3219-8700

Como cadastrar um território tradicional

Preparação

Antes de começar o cadastramento do território tradicional, organize as informações sobre a sua comunidade. Essas informações serão necessárias para o cadastro na Plataforma. Aqui está uma lista do que você precisa:

- **Dados do território tradicional**, como nome, área estimada, quantidade de famílias, endereço, descrição de acesso, zona de localização, segmento e autoidentificação da comunidade.
- **Dados do cadastrante (contato da comunidade)**, como nome completo, endereço, telefone e e-mail.
- **Principais atividades desenvolvidas no território**, como agricultura familiar, pesca, extrativismo, reflorestamento, aquicultura, entre outros.
- **Produção da comunidade**, como artesanato e culinária.
- **Participação de mulheres e pessoas idosas na liderança e produção da comunidade.**
- **Atividades artísticas e culturais da comunidade.**
- **Formas de organização social da comunidade.**
- **Acesso a serviços básicos**, como educação, energia, água potável, saneamento, limpeza e coleta de lixo.
- **Principais problemas e conflitos enfrentados pela comunidade.**
- **Principais necessidades e demandas da comunidade.**
- **Delimitação da área do território**, que pode ser por shapefile, polígono, coordenada ou ponto.
- **Fontes de informações sobre a comunidade**, como monografias, notícias e atas.
- **Descrição da história da comunidade** que comprove sua tradicionalidade, podendo reunir, por exemplo, depoimentos das principais lideranças locais.
- **Ícone da comunidade**, se disponível.
- **Fotos e vídeos da comunidade.**



DICAS

- Certifique-se de ter todas essas informações em mãos antes de iniciar o cadastro do território tradicional na Plataforma. Isso facilitará o processo.
- Converse com a comunidade sobre a importância do cadastro para a defesa do território.
- Decida coletivamente sobre o cadastro e registre a discussão em ata, foto, áudio e/ou vídeo para inserir no momento do cadastro.

Passo a passo para cadastrar o território

Para pedir o cadastramento do território tradicional, siga os passos a seguir:

1. Acesse <https://territoriostradicionais.mpf.mp.br/>, clique na aba "Gestão" na barra de navegação principal e vá para "Cadastrar pedido".
2. Na janela de login, insira o usuário (o CPF aprovado como cadastrante) e senha.

O cadastro é realizado em três etapas:

- A** - Dados do Território
- B** - Delimitação da área
- C** - Registro da história da comunidade

Editar Pedido



Etapa A - Dados do território

Passo 01 de 03

Privacidade

☒ Dados públicos - Os dados informados estarão disponíveis e visíveis para o público.

☐ Dados privados - Os dados informados não estarão disponíveis e visíveis para o público.

Dados do Território Tradicional

Nome do Território Tradicional (Obrigatório)

Área Estimada do Território (hectares)

Número de famílias

UF (Obrigatório)

Município (Obrigatório)

CEP

Localizações adicionadas

UF	Município	CEP	Ações
Nenhuma localização adicionada			

Descrição de Acesso ao Território Tradicional (Obrigatório)

Zona de Localização

- **Privacidade:** Marque "dados públicos" se desejar que os dados fiquem visíveis para o público em geral. Se optar por marcar a privacidade, mantendo os dados privados, informações sensíveis podem ser inseridas como privadas em campos específicos no decorrer do cadastramento.
- **Dados do território tradicional:** Preencha os campos obrigatórios com nome do território, área estimada, número de famílias e localização. Se a comunidade tem mais de uma localidade, adicione múltiplos municípios, selecionando um como principal.
- **Descrição de acesso ao território:** Informe a forma de acesso ao local cadastrado. Marque "descrição de acesso privado" se não quiser tornar público como chegar ao território. Se o segmento de PCT do território não estiver na lista, escolha "segmento não listado" e descreva, no campo seguinte, o segmento com o qual a comunidade se identifica.
- **Descrição de autoidentificação:** Declare como a comunidade se autoreconhece, independentemente do nome oficial. Por exemplo, o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga é conhecido como Quilombo Kalunga ou simplesmente Kalunga.

- **Endereço de contato da comunidade:** Inclua o contato de uma liderança no território. É possível cadastrar mais de um contato. Essas informações são sigilosas para o público externo.
- **Principais atividades desenvolvidas no território:** Marque as atividades como agricultura familiar, extrativismo, manejo de produtos não madeireiros, reflorestamento, aquicultura ou outras. Aqui mais de uma opção pode ser selecionada.
- **Produção e comercialização de produtos:** Informe se a comunidade produz algum produto e como é comercializado. Adicione outros produtos, se necessário.
- **Mulheres e liderança:** Indique o papel das mulheres e sua participação no processo de colheita, venda ou manufatura de produtos do território/comunidade.
- **Atividades artísticas e culturais:** Cite encontros, festas e tradições que ocorrem na comunidade.
- **Organização social da comunidade:** Informe se existem associações e regimentos na comunidade.
- **Serviços básicos:** Escolha as opções relevantes para a realidade comunitária no território.
- **Problemas e conflitos:** Relate os principais desafios vivenciados na comunidade.

Para problemas e conflitos que requerem a atuação do MPF, você pode fazer uma denúncia via Sala de Atendimento ao Cidadão (SAC).

São exemplos:

- Falta de serviços básicos como energia, água potável, transporte, saúde e educação
- Conflitos por acesso a água com fazendeiros
- Grilagem de terras
- Falta de regulação fundiária
- Falta de acesso a políticas públicas para geração de emprego e renda
- Conflitos religiosos, intolerância religiosa
- Pesca predatória
- Dragagem ilegal
- Discriminação racial
- Perseguição política

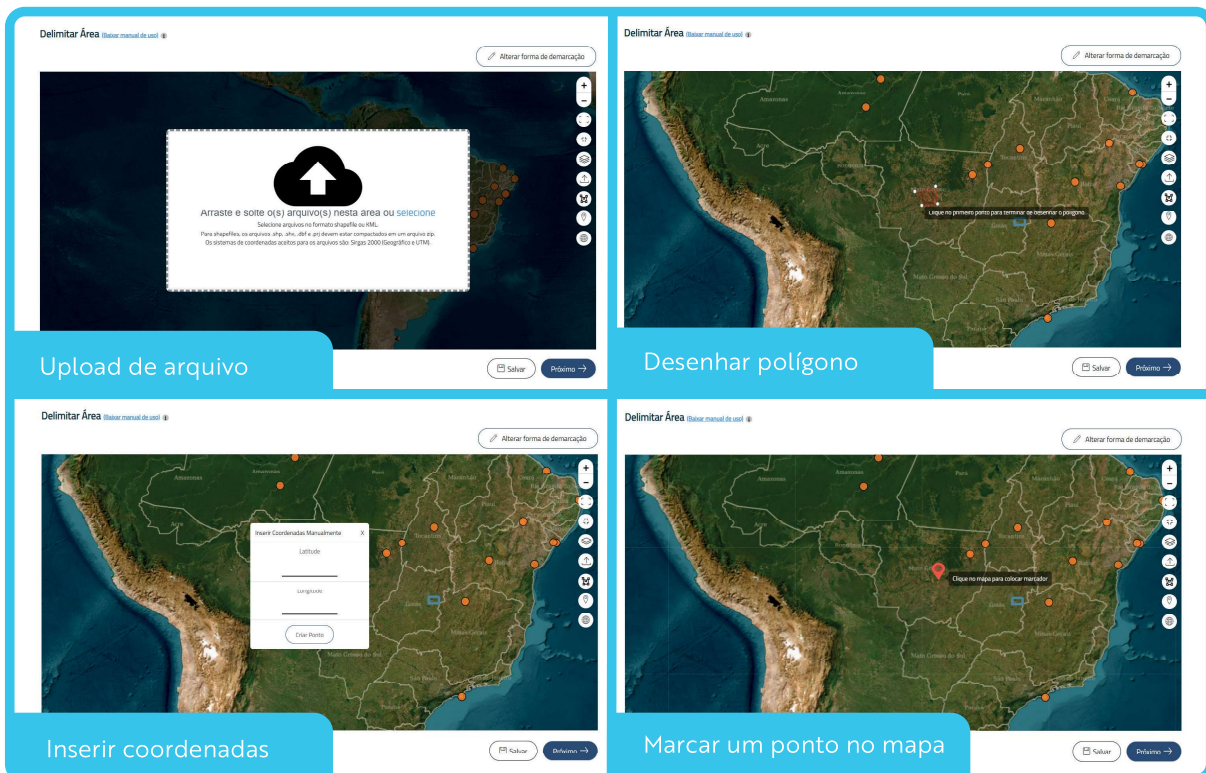
Link para SAC: <https://www.mpf.mp.br/servicos/sac>

DICAS

Descreva as principais necessidades e demandas da sua comunidade, como melhorias nas estradas, instalação de lixeiras, escolas, entre outros.

ETAPA B - Delimitação da área

- Escolha uma entre quatro opções para demarcar o perímetro do território tradicional:
1. **Carregue o shape:** Se você tiver informações sobre o território em um arquivo shapefile ou KML, carregue o documento no formulário. Esses arquivos contêm informações georreferenciadas da área em formato vetorial.
 2. **Desenhar polígono:** A opção possibilita desenhar o polígono do território diretamente no mapa usando uma ferramenta visual.
 3. **Inserir coordenadas:** Se você souber as coordenadas geográficas do território, insira manualmente as informações de latitude e longitude em Graus Decimais (DD). Você pode usar aplicativos como o Google Maps (<https://www.google.com/maps>) para isso.
 4. **Marcar um ponto:** Selecione esta opção para marcar um ou mais pontos diretamente no mapa.



Saiba como localizar coordenadas geográficas

I. Acesse o Google Maps.

II. Digite o endereço ou nome do local desejado na barra de pesquisa.

III. Aguarde o Google Maps carregar e exibir o local no mapa.

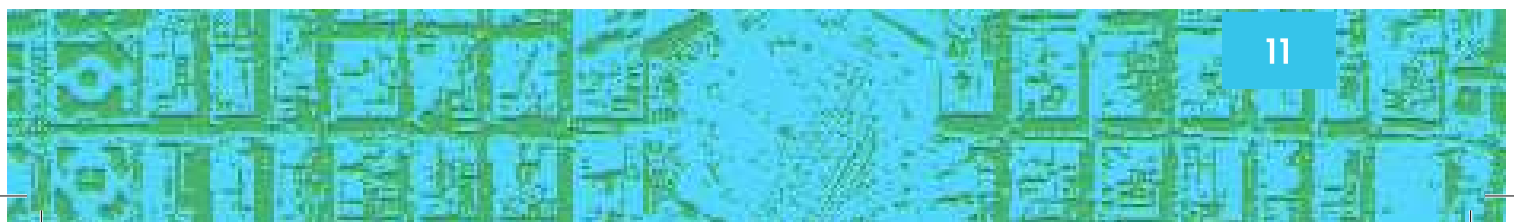
IV. Clique com o botão direito do mouse (ou mantenha pressionado no dispositivo móvel) no ponto exato no mapa que você deseja obter as coordenadas.

V. Selecione "O que há aqui?" no menu que aparece.

VI. As coordenadas de latitude e longitude serão exibidas em uma caixa de informações na parte inferior do mapa.

VII. Copie as coordenadas e utilize-as na Plataforma.

- Salve as alterações antes de passar para a próxima etapa do cadastramento do território tradicional.



ETAPA C - Cadastrar história

A história de uma comunidade é tão importante quanto as informações sobre o território!

Nesta etapa de preenchimento do formulário, relate como a comunidade nasceu, como vive, o que produz, as festas, os rituais, a organização social etc. Também é importante contar dos problemas, necessidades de melhorias, demandas, conflitos etc.

- **Fonte das informações:** insira trabalhos acadêmicos, laudos, relatórios, atas de reuniões ou qualquer outro documento que comprove a relação entre a comunidade e o território. Marque se deseja que o acesso aos documentos seja privado ou público para usuários externos da Plataforma.
- **Descrição:** Conte a história que comprova a ocupação tradicional da área e as características culturais da sua comunidade.
- **Ícone do segmento:** Se houver, adicione a logomarca, representação gráfica, símbolo visual ou brasão da comunidade ou associação.
- **Imagens e vídeos:** Carregue fotos e vídeos que ajudem a contar a história da comunidade. Certifique-se de selecionar a opção de privacidade desejada e informe-se sobre a política de uso de imagens, clicando no link ao lado da pergunta. Ao incluir imagens, vídeos ou estudos, indicar fonte com data e autor/a.

Editar Pedido

1

2

3

Dados do Território

Delimitar Área

Cadastrar História

Passo 03 de 03

Cadastrar História

A história das comunidades é tão importante quanto as informações sobre o território. Ela comprova a ocupação tradicional da área e as características culturais únicas do grupo. Envie vídeos, fotos, documentos, relatos e registros capazes de atestar a relação da comunidade com o ambiente e a terra, as características culturais do grupo (artesanato, festas e vestuário, por exemplo), suas formas de organização social, o uso tradicional de recursos naturais, práticas de conservação ambiental, práticas comerciais ou qualquer outra informação que julgar necessária.

Todos os territórios registrados na Plataforma possuem uma fonte, que pode ser um trabalho acadêmico, uma publicação da sociedade civil, documentos, laudos ou relatórios dos órgãos públicos, ou mesmo um documento ou ata elaborados pela própria comunidade. Depois do upload do documento no campo "Fonte das informações", marque a opção desejada para informar se o acesso aos documentos será público ou não para os usuários externos da Plataforma.

Fonte das informações (Obrigatório) ⓘ

Arraste e solte o(s) arquivo(s) nesta área ou selecione